

**LEMBRAR OU ESQUECER:
DESAFIOS POLÍTICOS DA HISTÓRIA COLONIAL
E DA ESCRAVIDÃO**

Catherine Coquery-Vidrovitch, *Enjeux politiques de l'histoire coloniale*, Marseille, Editions Agone, 2009, 192p.

A recente obra de Catherine Coquery-Vidrovitch, especialista em história da África subsaariana e professora emérita da Université de Paris-VII-Denis-Diderot, aborda os principais debates atuais sobre o significado das experiências coloniais europeias, especialmente da colonização francesa na África, que mobilizam especialistas do meio acadêmico e ocupam espaço na mídia. A autora encontrou motivação para a escrita do livro – um pequeno manual que analisa as diferentes gerações de historiadores dedicados à história colonial – na profunda crise que tem afetado a França nos últimos anos, em torno do estatuto da história nacional e das controvérsias a respeito da incorporação das práticas coloniais e da escravidão nos domínios ultramarinos, como parte integrante do patrimônio histórico e cultural francês. Assevera que, mesmo no tempo presente, há cidadãos que preferem esquivar-se desses temas polêmicos, enquanto outros acreditam que a cultura nacional

francesa não recebeu contribuições significativas de regiões localizadas fora dos limites de l'*Hexagone*, isto é, dos territórios situados além da área metropolitana francesa.

Coquery-Vidrovitch situou o leitor nos debates coetâneos que contrapõem autores dedicados a denunciar as atrocidades cometidas durante o processo de colonização, e escritores que perscrutam os aspectos positivos da atividade colonial. A autora considera as reverberações da obra organizada por Marc Ferro, *Le livre noir du colonialisme* (2003), como um dos fatores que impulsionaram as recentes discussões, ao apresentar os “abusos” cometidos por regimes imperiais desde os Descobrimentos modernos, o que foi feito na sequência da retomada da questão da Argélia entre 1997 e 2001 (com declarações sobre torturas e demais arbitrariedades na colonização argelina) e sob o impacto da Lei Taubira, de 2001, que concebeu a escravidão como um crime contra a humanidade. Posterior-

mente, duas situações escandalosas reforçaram a tomada de consciência sobre a questão colonial na França, como o voto parlamentar do Artigo 4º da Lei de 23 de fevereiro de 2005 (que, em resposta à Lei Taubira, pretendeu impor o ensino dos “aspectos positivos da presença francesa no ultramar”) e o discurso do presidente Sarkozy em Dakar, em 2007, quando declarou que o homem africano ainda não teria entrado na História – o autor do discurso pronunciado, Henri Guiano, apresentou a África como um continente “sem história”.

Após contextualizar os recentes debates sobre o império francês e a escravidão colonial, a autora propôs a periodização da produção historiográfica dedicada à experiência colonial em três gerações: a primeira surgiu nos anos 1960; a segunda, entre 1975 e 1990; a última, a partir de 1991. No primeiro capítulo, “Le solide héritage d’une longue historiographie”, a autora apresentou uma síntese das três gerações mencionadas, que desafiaram a interpretação gerada durante o período colonial (entre 1830 e 1960, quando não se duvidou da “missão civilizadora” do Ocidente nos espaços ultramarinos).

Destarte, no contexto da descolonização, surgiu a primeira geração de historiadores pós-coloniais, momento da militância de intelectuais como Frantz Fanon e Aimé Césaire. Um dos pioneiros dessa primeira geração,

Charles-André Julien, foi um especialista na história do Magreb, que deixou vários discípulos. Acerca da história da África subsaariana, destacam-se os trabalhos do senegalês Abdoulaye Ly e de historiadores franceses, entre eles, Catherine Coquery-Vidrovitch. Yves Person investigou a África ocidental oitocentista e Denise Bouche deslindou o ensino na África ocidental francófona. Destaca-se o trabalho de Cheik Anta Diop, de 1960, quando comparou os sistemas políticos e sociais da Europa e da África Negra, desde a antiguidade, à formação dos Estados Modernos. A autora destaca a atração do marxismo sobre jovens de esquerda, ainda que tentassem aplicar interpretações esquemáticas sobre a história africana. Os debates teóricos foram frequentes, como aqueles promovidos durante o Congresso Internacional de Sociologia, em Varna (1969), que contou com a participação de Samir Amin, Anouar Abdel-Malek, Immanuel Wallerstein, Claude Meillassoux e a autora, Coquery-Vidrovitch, cujas discussões deram origem à obra coletiva *Sociologie de l’impérialisme*, publicada em 1971. Nesse período, debruçaram-se sobre investigações quantitativas para identificar o peso efetivo dos fatores econômicos na expansão imperialista europeia. O resultado desses estudos apareceu na obra de Jacques Marseille, *Empire colonial et capitalisme français*:

histoire d'un divorce, em que foi re-
futada a tese da rentabilidade como
esclarecimento do imperialismo euro-
peu e apresentada a noção de “relu-
tante império”, um acidente da histó-
ria que se explica pelo contexto polí-
tico e pelas competições econômicas
entre as nações europeias, e nem tan-
to pelo imperialismo econômico exer-
cido diretamente sobre a África.¹

Acerca da segunda fase da historio-
grafia dedicada à experiência coloni-
al, foi marcada tanto pela emergência
dos “estudos de área” quanto por
uma abordagem da história dos colo-
nizados, “vista de baixo”. Coquery-
Vidrovitch apontou o exagero dos his-
toriadore de esta segunda fase, que
pretenderam fazer *tabula rasa* da pro-
dução historiográfica da geração pre-
cedente, considerada incapaz de re-
cuperar a “visão dos vencidos”, ape-
sar de considerar natural que cada
geração de historiadores imprima o
seu próprio olhar sobre o processo
histórico. A reação ao eurocentrismo

e a preocupação com a dimensão in-
terafricana da história colonial ajudam
a compreender por que a primeira his-
tória geral da África escrita por um
africano, Joseph Ki-Zerbo, foi redigi-
da naquela época. Outro aspecto es-
sencial dessa fase foi a profusão de
trabalhos redigidos na França (sobre-
tudo na Université de Paris-I, Paris-
VII e em Aix-en-Provence) por nasci-
dos nas ex-colônias – cujo quantita-
tivo suplantava o número de estu-
diosos franceses dedicados à temáti-
ca, aproximadamente 70% em relação
ao período de 1970 a 1990 – mas pou-
cos dos seus estudos foram publica-
dos e podem ter caído no esqueci-
mento, em grande parte devido ao
mercado editorial.

Ao caracterizar a última geração de
estudos (princiada na década de
1990), Coquery-Vidrovitch destacou
que, apesar da considerável produ-
ção de estudos por nascidos nas co-
lônias, é preciso superar o hiato en-
tre a história dos colonizados e a his-
tória dos colonizadores, pois, confor-
me pondera, seria “estéril conceber a
história da colonização sem os colo-
nizados” (p. 50). A maioria dos histo-
riadores franceses, dedicados à his-
tória nacional, só revelou interesse
pela história colonial quando ela se
referia diretamente à França metropo-
litana, o que conduz Coquery-
Vidrovitch a concordar com Didier
Gondola sobre a falta de êxito dos
africanistas franceses na divulgação

¹ Henri Brunshwig afirmou que o impe-
rialismo francês teria explicações polí-
ticas, culturais e nacionalistas, como
reverberação do desejo de vingar o or-
gulho nacional ferido com a derrota de
Sedan, em 1870. Ronald Robinson e
John Gallagher consideraram que o Egito
era mais lucrativo para a coroa inglesa
no tempo de sua independência. H.
Brunshwig, *Mythes et réalités de
l'imperialisme colonial français, 1871-
1914*, Paris: Colin, 1960; R. Robinson
e J. Gallagher, *Africa and the Victorians*,
London: Macmillan, 1967.

da riqueza da história africana na própria França, e a compreender como foi possível o presidente Sarkozy pronunciar um discurso tão desastroso em Dakar, em 2007.

No segundo capítulo, “Amnésie & silences”, a autora discute o relativo esquecimento da história colonial na França entre 1975 e 1990, apesar da mencionada abundância de estudos produzidos no período. O fato de apenas um artigo sobre a colonização constar nos sete volumes de *Lieux de mémoire* (1985-1993), organizado por Pierre Nora, é bastante elucidativo. Conforme a autora, a relativa “amnésia” não se explica apenas por motivos acadêmicos, pois o declínio das lutas pela independência reduziu o interesse pela temática, seja para esquecer as sequelas das guerras ou para concentrar as atenções no futuro e não no passado colonial. A influência do marxismo reduziu-se, ao passo que as correntes revisionistas na historiografia francesa expandiram-se, enquanto os jovens pesquisadores nascidos nas antigas colônias assumiram um discurso politicamente radical que atemorizou aqueles que vislumbraram uma história da colonização mais “branda”. Esse período foi o mais “anticolonialista” e as temáticas deslindadas – das revoltas coloniais à brutalidade da colonização – atestam o caráter radical do período. A UNESCO patrocinou uma obra que aglutinou as investigações realizadas

nesse período, intitulada *L’Histoire générale de l’Afrique* (1987).

Posteriormente, as editoras lançaram obras gerais sobre a história da colonização francesa, que consistiam em sínteses de estudos produzidos nas décadas anteriores, como *L’histoire de la France colonial*, pela Armand Colin e – a mais acentuadamente conservadora, conforme a autora – *Histoire de la colonisation*, pela editora Fayard, ambas publicadas em 1991. Três anos depois, Marc Ferro privilegiou o ponto de vista dos colonizados em *Histoire des colonisations*. A temática retornou em 2007, sistematizada em dois dicionários, o *Dictionnaire de la colonisation*, organizado por Claude Liauzu, e aquele que adota uma perspectiva mais branda da colonização, o *Dictionnaire de histoire coloniale*, dirigido por Jean-Pierre Rioux. Coquery-Vidrovitch resume essa última fase, iniciada nos anos 1990, como o período em que os historiadores especializados em suas “áreas culturais” realizaram o trabalho de transmissão dos seus saberes, o que ocorreu em um contexto em que houve o “abrandamento” das interpretações sobre a experiência colonial.

Um dos aspectos tratados pela autora acerca da relação entre esquecimento e lembrança da experiência colonial consiste no papel dos saberes difundidos através do ensino escolar, pois a história colonial france-

sa foi pouco ensinada nas escolas da França, sobretudo a escravidão colonial, um “não dito” nos manuais escolares da III e IV Repúblicas. Todavia, a partir do final do século XX, a questão colonial ganhou visibilidade com a formação de um comitê para as comemorações do Sesquicentenário da Abolição da Escravidão, em 1998; a Lei Taubira reconheceu a escravidão como um crime contra a humanidade três anos depois. A autora demonstrou a progressiva penetração da temática no universo acadêmico francês, mas prosseguiu com uma digressão sobre a história “geral” da escravidão desde a Antiguidade grega, com a menção ao papel do comércio de escravos entre árabes/muçulmanos até a escravidão, conduzida pelos reinos ibéricos, no período moderno, e o tráfico inglês. Essa narrativa, entre as páginas 73 e 80, não precisava ser tão longa, assim como foi dedicado considerável espaço ao esforço de conceituação do que significou *ser escravo* enquanto experiência distinta do trabalho forçado – sem apresentar informações inovadoras, apesar de fazerem sentido em um trabalho que tenha um caráter de síntese por atrair, inclusive, o leitor não especializado. A própria autora reconhece que os especialistas em história africana já esclareceram consideravelmente a história do tráfico negreiro, mas que esses trabalhos ainda ocupam uma importância periféri-

ca entre os historiadores dedicados à história nacional francesa (pouco interessados no que se processou fora da França). Por outro lado, a perspectiva de uma “história atlântica” – que investigue as ligações históricas entre a Europa, a América e a África – ainda é incipiente na França, apesar de Fernand Braudel ter lançado a ideia de uma história mediterrânea, há cerca de meio século.

A autora responsabilizou os pesquisadores especializados em “estudos de área” por se terem restringido a temáticas específicas, que não atraíram a atenção dos historiadores – hegemônicos – dedicados à história do Hexágono francês. Ainda que, a nosso ver, esse argumento possa explicar, em parte, a falta de conexão entre a história dos colonizados e a do colonizador, na historiografia francesa, não basta culpar os especialistas em “estudos de área” pela pouca importância que os historiadores centrados na história nacional da França concederam à interdependência entre o “centro” e as colônias. Como a própria autora revelou ao longo do texto, os fatores que parecem ter exercido uma influência significativa no distanciamento das duas perspectivas foi o pouco espaço no mercado editorial destinado aos estudos de área especializados, assim como a ausência de interesse pelos *postcolonial studies* na França, o que foi discutido no terceiro capítulo do livro (*Le postcolonial à*

la française). A autora questiona o porquê desse desinteresse francês, enquanto no mundo anglófono os *subaltern studies* se desenvolveram desde a década de 1970 e os *postcolonial studies* encontraram espaço nos Estados Unidos. A introdução dos estudos pós-coloniais na França deveu-se ao trabalho de historiadores senegaleses que atuavam nos Estados Unidos, como o pioneiro Mohamed Mbodj, em 1998, enquanto Mamadou Diouf se dedicou à tradução para a língua francesa das principais obras da linha dos *subaltern studies* no ano seguinte – autor provocador por explicar o desinteresse dos intelectuais franceses pelos *postcolonial studies*, como uma recusa ao reconhecimento da ligação entre o passado colonial e os processos sociais do presente.

No quarto capítulo, *La confusion entre histoire et politique*, a autora reforçou o impacto de *Le livre noir du colonialisme*, bem acolhido pelo grande público, mas gerador de controvérsias entre estudiosos que alegaram que Marc Ferro teria postulado que tudo no colonialismo se reduziria aos “abusos”, ainda que no prefácio ele afirme que “a colonização não se reduza aos seus malefícios”.² Ferro apoiou-se em Hannah Arendt e criticou os estudiosos de regimes to-

talitários, que negligenciaram o fato de essa autora ter associado o nazismo, o comunismo e o imperialismo colonial. O impacto deste livro estimulou a reação de historiadores como Daniel Lefebvre e Marc Michel³, que criaram o site “Études coloniales”,⁴ enquanto Lefebvre acusou Ferro de ter afirmado que o colonialismo engendrou o nazismo e que o objetivo do livro era comprovar essa afiliação. Coquery-Vidrovitch demonstrou que a polêmica recente se desenvolveu no contexto da promulgação das “leis memoriais”: a Lei Gayssot (1990), que condenou os escritos que negavam o extermínio de judeus pelo programa nazista; o reconhecimento, em 2001, do genocídio praticado na Armênia em 1915, e a mencionada Lei Taubira. O Artigo 4º da Lei de 25 de fevereiro de 2005 determinou o ensino dos *aspectos positivos* da colonização francesa nas escolas, o que estimulou a escrita da petição *Colonização: não ao ensino de uma história oficial*, por Gérard Noiriel, Claude Lianzu e Gilbert Meynier, que obteve mais de mil assinaturas no período de três semanas, ao passo que Noiriel se tornou presidente do *Comité de vigilance face aux usages*

² Ver a edição brasileira: Marc Ferro, *O livro negro do colonialismo*, Rio de Janeiro, Ediouro, 2000, p.10.

³ M. Michel é autor de *Essai sur la colonisation positive: Affrontements et accommodations en Afrique noire (1830-1930)*. Librairie Académique Perrin, 2009.

⁴ Ver: <http://etudescoloniales.canalblog.com/>, acessado em 13/12/2009.

publics de l'histoire (CVUH),⁵ em favor da autonomia da pesquisa histórica. História, política e memória foram mobilizadas e se imiscuíram naquele período, e foi elucidativa a nomeação de uma comissão pelo Presidente Jacques Chirac para avaliar a ação do Parlamento no domínio da história e da memória nacional francesa. Essas medidas levaram à criação do movimento *Liberté pour l'histoire*,⁶ presidido por René Rémond, que aspirou à revogação total das “leis memoriais” e não só do Artigo 4º da Lei de 25 de fevereiro de 2005, mas também da Lei Taubira (fadada à rejeição, pois o historiador Pétré-Grenouilleau foi ameaçado de ser enquadrado nessa lei, em virtude das afirmações dadas em uma entrevista, em que negou o caráter de “crime contra a humanidade” atribuído ao tráfico de escravos) e da Lei Gaysot. O CVUH reagiu, por considerar que as mencionadas leis eram de teor diferenciado, e admitiu, a respeito dos usos políticos da história, “que a história não pertence exclusivamente aos historiadores”, a quem cabe “fabricar as ferramentas de análise” que permitam nutrir o debate democrático (p. 127).

⁵ O livro de Coquery-Vidrovitch foi publicado sob os auspícios desse comitê, cuja página oficial encontra-se em: <http://cvuh.free.fr/>, acessado em 13/12/2009.

⁶ Ver http://hebdo.nouvelobs.com/hebdo/parution/p2154/articles/a294921-libert%C3%A9_pour_lhistoire.html, acessado em 13/12/2009.

Nesse íterim, foi lançada a obra *Les Traités négrières: Essai d'histoire globale*, de Olivier Pétré-Grenouilleau, em 2004, quando a temática encontrava espaço no meio acadêmico e nos debates públicos.⁷ O livro foi bem acolhido de forma praticamente consensual pelos historiadores franceses que, segundo Coquery-Vidrovitch, conheciam, até aquele momento, pouco sobre o assunto. Um dos méritos desta obra foi o tratamento de diferentes correntes do tráfico negreiro, ou seja, não se restringiu ao tráfico atlântico – de todos, o mais bem conhecido. A autora destaca os usos políticos do sucesso desse livro: “A obra de Olivier Pétré-Grenouilleau ofereceu uma oportunidade maravilhosa: a França não era mais a única culpada, todo o mundo teria praticado o tráfico [...] os árabes/muçulmanos o teriam praticado por muito mais tempo: dez séculos contra apenas três, pelos europeus” (p. 123).

No último capítulo, “Faux concepts et vraies querelles”, Coquery-Vidrovitch menciona a existência de autores apegados ao enaltecimento da tradição republicana francesa, que atacam os investigadores que se

⁷ O livro foi premiado pelo Senado, com um júri presidido por René Rémond; recebeu um prêmio de ensaio oferecido pela Academia Francesa e o prêmio Historie Chateaubriand la Vallé au Loup. O autor possui um livro publicado no Brasil: *A História da escravidão*, São Paulo: Boitempo, 2009.

debruçam sobre episódios menos enobrecedores da história nacional, pois acreditam que tratar de temas como os “abusos” da colonização mancham a “honra” da França. Muitas obras polêmicas, com ampla divulgação na mídia e publicadas entre 2006 e 2008, assumiram esta tônica, como os livros citados pela autora: *Pour en finir avec le repentance coloniale*, de Daniel Lefebvre; *Nous ne sommes pas coupables. Assez de repentance!*, escrito por Paul-François Paoli; *Faut-il avoir honte de l'identité nationale?*, de Daniel Lefebvre e Michel Renart; *La France sans identité: pourquoi la République ne s'aime plus?*, por Paul-François Paoli.

Sobre o conceito de “arrependimento” (*repentance*), Coquery-Vidrovitch menciona o seu aparecimento no subtítulo do *Le livre noir du colonialisme (de l'extermination à la repentance)* e, no seu último capítulo, onde Nadja Vuckovic analisou a indissociabilidade entre arrependimento e reparações, o que se tornou uma grande arma de manipulação política através da mídia, quando é discutida a questão colonial. Outro conceito que tende a ser manipulado de forma perigosa é *communautarisme* (similar ao *multiculturalismo* norte-americano, ou seja, o reconhecimento das diferenças culturais, étnicas, religiosas) por aqueles que temem o enfraquecimento da imagem una e indivisível da República Francesa, os mesmos que temem o

impacto produzido pela “fratura colonial” sobre a “honra” da nação. Uma obra coletiva, *Le fracture coloniale*, publicada em 2006, explorou este conceito a partir da ideia de uma rachadura no interior da sociedade francesa em relação à colonização e como esse conceito pode ser significativo para avaliar as tensões e os efeitos da pós-colonialidade e da França mestiça.

Em linhas gerais, a autora considera que atualmente ocorre o afrontamento entre duas correntes na França, que não se distinguem pela tradicional clivagem entre a esquerda e a direita, mas entre nacionalistas com tendências centralizadoras e uma corrente que reconhece a diversidade social e cultural. Vivencia-se um momento em que a “fratura colonial” não seria uma simples herança, mas uma produção contemporânea, o que pode ser identificado em práticas políticas recentes (como a criação do Ministério da Identidade Nacional e da Imigração, no governo de Sarkozy) e na imigração coetânea, altamente relacionada com o passado colonial, pois grande parte dos imigrantes descende dos habitantes das colônias e sofrem discriminação por sua origem. O livro de Coquery-Vidrovitch sintetizou os debates travados nos meios acadêmicos, políticos e na mídia em torno da pertinência de lembrar ou esquecer os conteúdos das experiências coloniais. Evidenciou a impermeabilidade dos setores hegemônicos

da academia francesa aos estudos que tratem de temas que não estejam ligados explicitamente ao *Hexagone*, em detrimento do conhecimento da história das colônias, e destacou como a escravidão adotada nas colô-

nias francesas e o seu impacto sobre a história do continente africano consistiram, até recentemente, em temáticas periféricas nas universidades e um verdadeiro “não dito” no espaço escolar francês.

Patricia Souza de Faria

Doutora em História,
Professora Adjunta da
Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro